

Entre o singular e o plural: tecendo análises sobre a evolução dos conceitos sobre os rurais e as ruralidades

Maria Laís dos Santos Leite*

Jáder Ferreira Leite**

Introdução

Os espaços rurais brasileiros têm experienciado alterações sócio-históricas, econômicas e culturais que provocaram mudanças nos modos de produzir e viver de suas populações, bem como exigem diferentes olhares sobre estes territórios e os(as) sujeitos(as) que o constituem.

Neste sentido, estabelecemos como objetivo central deste artigo analisar a evolução histórica dos conceitos de contextos rurais e ruralidades. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica do tipo narrativa contemplando estudiosos(as) das áreas da Sociologia, Antropologia, Psicologia e outras que se dedicam a este campo-tema¹.

* Doutora em Psicologia (2018-2022) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Integrante do Grupo de Pesquisa Modos de subjetivação, Políticas públicas e Contextos de vulnerabilidade (PPGPSI - UFRN/CNPq). Membro do grupo Impulsor e integrante da Coordenação de Comunicação da *Red Latinoamericana de Psicología Rural - RedPsiRural*.

E-mail: mlaisleite@gmail.com

** Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Professor associado II, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, - UFRN. Líder do Grupo de Pesquisa Modos de subjetivação, Políticas públicas e Contextos de vulnerabilidade (PPGPSI - UFRN/CNPq). Integrante da *Red Latinoamericana de Psicología Rural - RedPsiRural*.

E-mail: jaderfleite@gmail.com

¹ Utilizamos aqui a expressão campo-tema, de acordo com a tradição da pesquisa construcionista, com base na definição de Peter Spink (2003; 2008) que não existe um campo (lugar) onde realizaremos a pesquisa, o campo é sempre um tema (campo-tema), nosso próprio tema de pesquisa, por isso, estamos em campo o tempo todo.

A revisão da literatura pode ser compreendida como um procedimento metodológico do tipo bibliográfico de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento (Marisa MANCINI²; Rosana SAMPAIO, 2006).

Edna Rother (2007) destaca que os artigos de revisão narrativa são publicações apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual e se constituem como uma avaliação de diversos produtos acadêmicos passando pela interpretação e análise crítica dos(as) autores(as).

Para o referido estudo foram consultados artigos científicos, teses, dissertações e livros acerca dos contextos rurais e das ruralidades que pudessem ampliar o entendimento sobre estes conceitos, bem como para a difusão de conhecimentos acerca do campo-tema.

Entendendo que os conceitos são também produzidos em um determinado contexto e intencionalidade sociopolítica que põem em circulação argumentos e discursos (Mary Jane SPINK, 2010, 2013; Peter SPINK, 2013) revisaremos criticamente a seguir perspectivas teóricas e metodológicas que colaboram com a compreensão dos territórios rurais e dos(as) sujeitos(as) camponeses(as).

Compreensões sobre os conceitos de contextos rurais e ruralidades

No Brasil, os contextos rurais têm passado por alterações sociais, culturais e econômicas que tem demandado da academia novas análises que incidem também em atualizações nas categorias usadas na compreensão destes cenários pela diversidade e complexidade dos rurais atualmente (Maria José CARNEIRO, 1998, 2008).

O debate acerca das ruralidades é permeado pela ideia de que tanto o rural quanto o urbano teriam características próprias que seriam empiricamente verificáveis (Fernanda LAUBSTEIN, 2011; CARNEIRO, 2008). Estas particularidades estariam presentes no território e nos modos de vida dos(as) sujeitos(as) camponeses, que são

² A opção pelo uso dos nomes e prenomes dos e das autoras se dá pela nossa aproximação com Epistemologias Feministas. De acordo com Sandra Nodari (2021) os posicionamentos de pesquisadoras como Grada Kilomba, Marcia Tiburi, Adriana Baggio e muitas outras que defendem e pontuam a necessidade da valorização da autoria feminina – que perpassa pela descrição a partir de nomes, prenomes e pronomes de mulheres – “[...] podem iniciar uma pequena transformação nas normas que regem a escritura de artigos científicos, dissertações e teses. Se não trouxerem uma transformação, ao menos, propõem uma discussão acerca do crédito das autoras o qual, no futuro, certamente trará transformações” (n.p.).

ainda mais interligados pela relação dessas(es) atrizes (atores) sociais com a terra e a natureza.

Uma das obras representativas sobre as características dos camponeses – no masculino justamente pela pouca visibilidade do feminino nas obras sobre os rurais nesta época –, é *O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil* de autoria da socióloga Isaura Queiroz (1973) e fruto de um amplo estudo de teorias sobre esses contextos por diferentes autores(as), em regiões e períodos históricos distintos.

A autora ressalta a condição de subordinação econômica, política e social do campesinato numa sociedade global e destaca alguns traços do camponês:

um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor (QUEIROZ, 1973, p. 30).

Maria José Carneiro e Laila Sandroni (2019) ressaltam o brilhantismo da obra de Isaura Queiroz por ter buscado superar a visão normativa que predominava na Sociologia nesse período e ter estabelecido como foco de atenção as figuras dos camponeses, sitiantes, beatos, cangaceiros, coronéis e outras categorias pouco estudadas por outras(os) pesquisadoras (es).

Tradicionalmente partia-se do conceito do rural mais pela noção da escassez, da falta e do atraso, baseada na visão dos(as) sociólogos(as) – provavelmente urbanos – sobre como os contextos rurais e suas e seus moradores deveriam ser, do que na análise do modo de ser e de fazer das populações tidas como rurais (José de Souza MARTINS, 2000).

A maioria das abordagens sobre o rural estabelecia como característica comum a centralidade da agricultura na organização da vida social dos(as) residentes – como a de Queiroz (1973) acima mencionada –, associadas a elementos demográficos e da interação entre as(os) sujeitas(os) entre si e com a natureza (Henri MENDRAS, 1976).

Muitos(as) outros(as) autores(as) com variadas posições e argumentos – especialmente das Ciências Sociais – buscaram a suposta essência rural ao longo do século XX (LAUBSTEIN, 2011; CARNEIRO, 2008). Destacaremos abaixo algumas dessas posições, considerando a riqueza dessas disputas discursivas para a evolução desse campo-tema.

Carneiro (2008) destaca três correntes de pensamento acerca da dinâmica do mundo rural nas sociedades contemporâneas. A primeira parte da premissa de que estaria em extinção a figura do camponês, principal categoria dos contextos rurais, que simbolizaria a ruína e aniquilamento do mundo rural (MENDRAS, 1976). A seguinte se embasa na compreensão de que as particularidades sociais e territoriais entre campo e cidade permanecem, reelaborando e atualizando tais distinções e gerando novas ruralidades (WANDERLEY, 2000).

A terceira corrente ampara o fim da dicotomia rural-urbano para qualificar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas. A ênfase aqui recai sobre a negação de sentido não só à dualidade rural-urbano, mas também à sua similar, ou seja, agricultura *versus* indústria (Elena SARRACENO, 1994).

Ao invés de mudar o que poderia caracterizar o rural e o urbano ou de apenas negligenciar os diferentes modos de vida – conhecimentos que servem ao senso comum, ao poder público e a própria ciência (CARNEIRO, 2005) – podemos redirecionar nossos estudos “[...] para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais” (CARNEIRO, 2008, p. 28).

Assumimos aqui um posicionamento próximo ao de Wanderley (2000, 2003, 2014) que há particularidades entre os contextos urbanos e rurais, mas que estas categorias não são estáticas e nem homogêneas, por isso nos mobiliza destingi-las em diferentes panoramas socioterritoriais, históricos e políticos.

Acerca dessas transformações e heterogeneidades nestes espaços José Reis (2002, p. 7) sublinha temáticas atuais nos estudos dos rurais como a “[...] urbanização (das ocupações profissionais, dos modos de vida e de consumo, das formas de locomoção) [...] de espaços de lazer; [...] de processos de produção de valores simbólicos”.

Auxilia-nos ainda nessa compreensão o conceito de continuum rural-urbano, que admite que embora haja peculiaridades entre os espaços urbanos e rurais, “[...] são cada vez mais intensas, entre eles, a existência de variadas formas de inter-relações econômicas e demográficas e de articulações econômicas que contribuem para a constituição de espaços geográficos [...]” (Rejane KIELING; Rogério SILVEIRA, 2015, p. 133).

Carneiro (1998, p. 60) assinala ainda que os conceitos de rural e urbano – vistos de diferentes pontos de vista – “[...] expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas”.

No final do século XIX e início do século XX emergem novos agentes rurais, nomeados por Graziano Silva (2001) como neo-rurais. Nesse período se intensifica a chegada de novas(os) moradoras(es) aos contextos rurais que migram dos territórios ditos urbanos, buscando uma maior qualidade de vida, notadamente clima mais ameno, menos violência, construções mais amplas, com a possibilidade de plantar alimentos para consumo próprio, atrelado a ideias ecológicas, e podem se configurar como.

Entre os elementos construtores dessas novas ruralidades (CARNEIRO, 1998; MOREIRA, 2005) destacamos os discursos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, produção própria de alimentos, os alarmantes riscos dos usos de agrotóxicos, as discussões sobre qualidade de vida e sua articulação com uma maior proximidade da natureza etc.

A valorização do rural, que acreditamos vivenciar, perpassa por um crescente reconhecimento dos saberes e fazeres considerados tradicionais e que têm sido resgatados em diversos segmentos sociais do apelo a alimentação mais natural aos modos mais intuitivos de parto – ainda que agora postos num lugar de destaque e tantas vezes reservados às classes sociais mais abastadas (Lais LEITE, 2022).

O reconhecimento também se dá pela maior compreensão dos contextos rurais, promovido pelo aumento dos estudos sobre o campo-tema que geram também uma mudança no olhar sobre esses territórios, pela visão de que são múltiplos e potentes e, portanto, demandam o desenvolvimento de outros estudos que possam contribuir com o conhecimento dos rurais e das ruralidades (L. LEITE, 2022).

Discussões como estas que trouxemos acima fizeram com que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE buscasse revisar os critérios até então utilizados na delimitação do território nacional, de forma a aprimorar o Censo Demográfico – agendado para 2020, mas até hoje não realizado³ –, para oferecer à sociedade avanços na diferenciação das áreas rurais e urbanas, de modo a subsidiar a implementação de políticas públicas e o planejamento em geral no país.

³ A programação é que o censo seja realizado a cada 10 anos, como prevê a Constituição Federal. O Censo deveria ter sido feito em 2020, mas foi adiado para 2021 devido à pandemia. No entanto, o governo federal cortou em 96% os recursos previstos no Orçamento Geral da União para a realização do Censo Demográfico. Deste modo, não tendo orçamento necessário em 2021 o órgão cancelou novamente a realização do levantamento que agora foi previsto para 2022. Mais informações sobre o acontecimento podem ser consultados em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-04/censo-demografico-nao-sera-realizado-em-2021> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/ibge-cancela-contrato-com-empresa-organizadora-do-censo-demografico>.

Na publicação *Classificação e características dos espaços rurais e urbanos do Brasil – uma primeira aproximação*, o IBGE (2017) salienta a dificuldade em estabelecer distinções entre o meio urbano e o meio rural, ao mesmo tempo em que afirma a importância destas para fins da ação pública e privada tendo em vista o planejamento territorial do Brasil. E que, inclusive, a grande demanda de classificações por parte da academia, da administração pública e da sociedade em torno desse tema demonstram a importância de realizar essa discussão de forma contínua e considerar distintas abordagens e escalas.

O instituto público destaca a necessidade de abordagens multidimensionais na classificação territorial, dadas as transformações vivenciadas no campo e nas cidades nos últimos 50 anos. E ainda porque o rural e o urbano, enquanto manifestações socioespaciais, se apresentam de forma bastante complexa e heterogênea, assim, a identificação de padrões dessas manifestações se constitui um desafio principalmente quando se leva em conta a extensão do território brasileiro (IBGE, 2017).

Em sua análise apontam enquanto alterações das últimas décadas em relação os contextos rurais “[...] elementos como o aumento das atividades não agrícolas, a mecanização, a intensificação da pluriatividade, a valorização da biodiversidade, a expansão do setor terciário e a intensificação de fluxos materiais e imateriais na caracterização e maior compreensão de suas dinâmicas” (IBGE, 2017, p. 9).

A esse respeito Carneiro e Sandroni (2019) evidenciam a importância de instituir uma abordagem reflexiva sobre os rurais a fim de levar em conta os interesses e os objetivos que possam aliar o discurso e as formas de ação sobre esses contextos. Para as autoras “[...] há uma relação intrínseca entre as dimensões sociais, políticas e culturais e o discurso sobre o rural no Brasil [...]” (p. 43).

Esses discursos que circulam – e também se reatualizam – entre as(os) moradoras(es), as(os) técnicas(os) de órgãos que atuam de maneira direta nas comunidades, as(os) acadêmicas(os) e as(os) políticos(as) foram também se alterando ao longo do tempo.

Deste modo, parece-nos fulcral ao trazer estas posições discursivas da literatura científica – problematizar – em tempo que sejam considerados com igual riqueza os discursos dos(as) sujeitos(as) que vivem nos territórios rurais – que ampliam nossa compreensão dos rurais compreendidos não apenas como espaços geradores de bens materiais, mas, como uma fonte preciosa de bens simbólicos que constituem outras dinâmicas sociais (CARNEIRO, 2008).

Considerações finais

Buscamos nesse artigo analisar a evolução histórica dos conceitos de contextos rurais e ruralidades, problematizando a relação entre estas definições e elementos sociais, políticos e culturais que produzem variadas posições e argumentos – que compõem uma disputa discursiva – acerca deste campo-tema.

Após o exame desta multiplicidade de visões dos rurais e das ruralidades ressaltamos sobre a evolução histórica destes conceitos que o rural – tradicionalmente visto pelos olhos de estudiosos(as) urbanos(as) e frequentemente retratado enquanto um espaço escasso e atrasado – tem produzido e demandado outras visões que demonstram sua diversidade, reivindicando sua concepção enquanto múltiplo e assim, plural – contextos rurais – que engendram também diferentes características – ruralidades.

Apreendendo as profundas transformações vividas na atualidade de um mundo globalizado e com efeitos locais força-nos a adoção de um olhar multifacetado sobre os contextos rurais, possibilitando não só descortinar realidades historicamente invisibilizadas, como é o caso das relações desiguais de gênero e trabalho no meio rural, dos estigmas vividos pelas populações do campo no tocante às formas de sofrimento mental e da precária retaguarda dada pelas políticas de saúde e assistência nesses contextos, mas também de tensionar algumas perspectivas teóricas e metodológicas mobilizadas na compreensão dos territórios rurais.

Desse modo, uma aproximação aos contextos rurais leva-nos a uma necessária interlocução com demais áreas do conhecimento no sentido de compreender a complexidade com que se constitui o mundo rural enquanto campo de reflexão histórica, sociológica, antropológica, política e econômica.

Evidenciamos, por fim, a necessidade de considerar as diversidades regionais, culturais, socioeconômicas e políticas que dotam tais contextos. Longe de se pensar o rural brasileiro com meio homogêneo, há que se destacar sua pluralidade que se expressa tanto em potencialidades quanto em sérios limites para suas populações.

Referências

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

CARNEIRO, Maria José; SANDRONI, Laila. Tipologias e significados do 'rural': uma leitura crítica. In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina. (Org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 43-58.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 19 set. 2021.

KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Perspectiva**, v. 39, n. 148, p. 133-143, 2015. Disponível em: <https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_540.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

LAUBSTEIN, Fernanda Cristina. A ruralidade ontem e hoje: Uma análise do rural na contemporaneidade. **Revista Aurora**, v. 4, n. 2, p. 92-102, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1277>>. Acesso em: 14 maio 2021.

LEITE, Maria Laís dos Santos. **Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

MANCINI, Marisa Cotta; SAMPAIO, Rosana Ferreira. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, São Carlos, v. 10, n. 4, p. 361-472, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-35552006000400001>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans**. Paris: Colin, 1976.

NODARI, Sandra. Nomes e pronomes na Língua Portuguesa: a questão sexista no idioma e na academia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, e74197, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n374197>. Acesso em: 14 fev. 2022.

QUEIROZ, Isaura. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.

REIS, José. Observar a mudança: o papel dos estudos rurais. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS – TERRITÓRIO, SOCIEDADE E POLÍTICA: CONTINUIDADES E RUPTURAS, 1º, 2002, Vila Real, Portugal. **Anais...** Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2002.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SARACENO, Elena. Recent trends in rural development and their conceptualisation. **Journal of Rural Studies**, v. 10, n. 4, p. 321-330, 1994. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0743-0167\(94\)90042-6](https://doi.org/10.1016/0743-0167(94)90042-6)>. Acesso em: 9 jul. 2019.

SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mary Jane P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, Peter Kevin. Análise de Documentos de Domínio Público. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 79-105.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. spe, p. 70-77, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2, p. 42-61, 2003. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: 18 maio 2021.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2, 87-145, 2000. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>>. Acesso em: 13 jul. 2021.